

Sexualidade, gênero e juventude: notas sobre experiências de pesquisa no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro

Sexuality, gender and youth: notes on a research experience in the socioeducational system of Rio de Janeiro

■ Jimena de Garay Hernández e Luisa Bertrami D'Angelo

Resumo

O texto apresenta algumas análises realizadas a partir de uma pesquisa interinstitucional no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro, no período de 2015-2017, em duas unidades masculinas e uma feminina. A pesquisa foi orientada pelo método cartográfico e teve diversos caminhos e efeitos, nos quais focamos na discussão sobre sexualidade, gênero e geração como dispositivos fundamentais para a compreensão da dinâmica institucional e da produção de subjetividades no contexto do sistema socioeducativo. Pretendemos pensar estes atravessamentos e suas interconexões com as práticas, discursos e vivências daquelas pessoas inseridas no sistema. Alguns analisadores possibilitaram a problematização de noções instauradas como naturais no cotidiano, assim como a realização coletiva de propostas de desdobramentos.

Palavras-chave:

Gênero; Sexualidade; Sistema Socioeducativo; Juventude.

Abstract

The text presents some analyzes made from an interinstitutional research in the socio-educational system (juvenile system) of Rio de Janeiro, in the period of 2015-2017, in two masculine and one feminine units. The research was guided by the cartographic method and had several paths and effects, in which we focused on the discussion about sexuality, gender and generation as fundamental devices for understanding the institutional dynamics and the production of subjectivities in the context of the socio-educational system. We intend to think about these crossings and their interconnections with the practices, discourses and experiences of those people inserted in the system. Some analyzers made it possible to problematize established and natural notions in everyday life, as well as the collective realization of proposals for developments.

Key-words

Gender; Sexuality; Juvenile System; Youth.

Introdução

O tema de jovens em privação de liberdade vem ocupando, cada vez mais, espaço na mídia, na academia e na sociedade em geral. Neste campo, procuramos tecer uma série de estratégias para potencializar as discussões e atuações nesta esfera, discutindo especificamente sexualidade, gênero e geração. No percurso desta pesquisa, identificamos como estas três categorias configuram-se como dispositivos fundamentais para a compreensão da dinâmica institucional e da produção de subjetividades no contexto do Novo Degase - sistema socioeducativo do Rio de Janeiro -, tecendo uma complexa trama de poderes e disputas. Aqui, entendemos os dispositivos como engrenagens que não existem *a priori* e não são naturais, mas históricas, construídas, que produzem sujeitos através de práticas discursivas e não discursivas cujas formas se atualizam, reproduzem e multiplicam (FOUCAULT, 1999).

O gênero não está sendo aqui entendido como uma característica inerente à experiência de vida das mulheres e sim como um dispositivo que, através das relações entre todas as pessoas e as organizações (sistema socioeducativo, judiciário, sistema educativo, facções do tráfico, comunidades religiosas, etc.), instaura e naturaliza certos códigos, regras e performatividades. Quando pensamos no gênero como pautado por práticas sociais (CONNELL, 1995) e cujas normas já fazem parte do que Foucault chamou de disciplinarização dos corpos, há uma entonação diferente quando adentramos o contexto de privação de liberdade ou das “instituições de preservação da ordem” (BICALHO; ROSSOTTI; RESHOFFER, 2016), pois o gênero e a sexualidade passam a ser instrumentos de controle e de gestão de vida e de morte.

No que tange ao dispositivo da geração, é importante destacar que a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), uma série de tentativas de substituir “menor infrator” têm sido perpetradas de modo mais amplo, o que veio contestar a diferenciação feita pela sociedade entre os *adolescentes* das classes médias e altas e os “menores” das classes populares (SCHUCH, 2009), com distinções raciais inegáveis. Nas unidades, observamos alguns movimentos neste sentido, ainda que nem sempre seja possível observar mudanças efetivas nas práticas e nos relacionamentos com estes/as jovens.

Mesmo que isto represente uma série de avanços, consideramos relevante problematizar o conceito de “adolescência”, que parte de uma perspectiva desenvolvimentista que universaliza, padroniza e retira a potência dos sujeitos ao ditar as características consideradas inerentes a certa etapa da vida (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005), tais como agressividade, impulsividade e abertura à influência do grupo. Do mesmo modo, o termo *adolescente* parece transformar o debate em um campo de discursos sobre indivíduos, não na produção social da desigualdade.

Desta forma, assim como essas autoras, temos feito a escolha política de usar o termo “juventude”, e inclusive “juventudes”, que mesmo não resolvendo o impasse da cristalização de uma “fase da vida”, questão também apontada pelas autoras, parece oferecer um terreno mais aberto ao entendimento da pluralidade, diferença e desigualdade nas experiências. O foco, então, está no entendimento dos modos de inserção dos sujeitos em suas condições de vida históricas e concretas, as quais, por sua vez, têm múltiplas formas de serem apropriadas. Outro conceito que pode ser

interessante e que enfatiza os processos é o de “trajetórias juvenis”, “opção analítica [que] desaloja a descrição estática da vida dos jovens em prol da recuperação de um movimento, não necessariamente linear, presente nos seus trajetos” (HEILBORN *et al.* 2002, p. 21).

A partir destas reflexões, é possível pensar de que formas os dispositivos de sexualidade, gênero, geração, junto a outros como classe, raça e território, perpassam a todo momento a composição e recomposição de discursos, relações de poder e violência, subjetividades e trajetórias no cotidiano do sistema socioeducativo.

Conhecendo e percorrendo o campo

Como parte de uma equipe interinstitucional de pesquisa, iniciamos o trabalho de campo em março 2015, em três unidades de internação do Degase, sendo duas masculinas e a única feminina do estado do Rio de Janeiro. Neste processo, conversamos com 68 jovens mulheres e 193 jovens homens em privação de liberdade, além de 91 profissionais de diferentes segmentos – equipe técnica, direção, escola, agentes socioeducativos/as e pessoal administrativo. A escolha metodológica está intimamente ligada a uma proposta política de pesquisa-intervenção que encontrou, na cartografia, o suporte necessário para a construção de uma pesquisa que desse foco aos fluxos que percorrem as relações e configuram, assim, a produção de subjetividades e afetações, o que faz muito sentido na hora de pensar nos dispositivos de gênero, sexualidade e geração.

A cartografia é descrita por Suely Rolnik (1989, p. 15) como “um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem”. Dentre o conjunto de pistas propostas por esta metodologia, destacamos algumas: a cartografia busca acompanhar processos e não apresentar representações (POZZANA; KASTRUP, 2009), busca compreender movimentos e transformações (HILLESHEIM; DA CRUZ; SOMAVILLA, 2008) e propõe três eixos que compõem o processo de pesquisa: a transversalidade, que diz a respeito do cruzamento de forças que vão se produzindo a partir dos encontros; a análise de implicação, que explicita que todas/os estamos implicadas/os em qualquer atividade de produção de conhecimento e isso deve estar em pauta na pesquisa; e a dissolução do ponto de vista do/a observador/a, que solicita que a/o/s pesquisadora/e/s ponham em cheque os pontos de vista próprios (PASSOS; EIRADO, 2009).

No processo desta pesquisa, diversos procedimentos foram realizados nas unidades: entrevistas individuais e em grupo, atividades utilizando disparadores como fotografias, filmes, músicas, desenhos feitos pelos/as jovens e teatro, observações de momentos importantes do cotidiano das unidades, dentre outros que compõem um campo de pesquisa-intervenção, processual e participativa. Além disso, dois cursos foram ministrados na Escola de Gestão Socioeducativa (ESGSE) com funcionárias/os do Degase, nos quais foi possível discutir e relacionar as práticas cotidianas das/os profissionais e seus discursos com a nossa pesquisa. Igualmente, em uma das unidades masculinas, foram realizados cursos de extensão com as temáticas “Gênero e Sexualidade no Cotidiano da Socioeducação” e “Direitos Sexuais e Reprodutivos” junto a profissionais dos diferentes segmentos, que teve desdobramentos específicos com os jovens.

Também, tentando atender a uma demanda recorrente no que tange aos processos de pesquisa realizados nesse campo, onde é frequente que pesquisadoras/es realizem uma coleta de dados e não façam um esforço de discutir essas informações com aquelas/es que atuam na ponta, participamos de eventos e publicações do Degase e realizamos dois encontros para a apresentação das análises da pesquisa na ESGSE, com um convite a todas/os as/os profissionais do sistema. Assim, no lugar de uma coleta de dados, podemos pensar em uma colheita de efeitos (BARROS; BARROS, 2013).

Prestar atenção aos códigos, linguagens, preocupações e relações tanto nossos quanto de diversas pessoas no Degase foi fundamental para propor territórios em comum. Nesse sentido, foi interessante deslocar algumas questões desde o início da pesquisa, tais como a noção generalizada de que falar em gênero e sexualidade na juventude refere-se apenas à saúde sexual e reprodutiva. Ampliar esta noção foi uma das nossas principais linhas de trabalho, utilizando alguns analisadores que se configuraram como uma possibilidade de vislumbrar as experiências dos/as jovens como uma trama de acontecimentos perpassada pelos dispositivos de gênero, sexualidade e geração, assim como de raça, classe e território.

Analisadores: revelando tensões

O analisador é um elemento que intensifica a análise e conduz seu processo (RODRIGUES, 2005), que vem atualizar o não-dito da instituição, que explicita os conflitos das instituições assim como os caminhos possíveis (ROCHA; DEUSDARÁ, 2010), razões pelas quais acreditamos ser uma ferramenta importante para a perspectiva cartográfica, que busca desvelar os comos e não os porquês. Os analisadores que a seguir apresentamos, todos relacionados entre si, nos permitiram observar e problematizar as tensões deste campo no que tange aos dispositivos que instauram saberes e procedimentos de si e do relacionar-se no contexto do Degase.

Visita íntima

Uma questão que tem tensionado as relações do Degase nos últimos anos é a proposta de implementação da visita íntima, estipulada pelo SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, 2006) em seu artigo 68. Seja por questões logísticas ou morais, ou ainda a partir da constatação da precariedade e da superlotação do sistema, provinda de uma política de superencarceramento, que tem crescido exponencialmente até superar o dobro do inicial desde a nossa entrada no campo e se configura como uma inegável e urgente problemática, são muitas as tensões que se revelam quando a temática vem à tona.

Para além da legalidade, é possível notar que há diferentes moralidades circulando nos discursos a respeito da sexualidade de jovens, que ficam numa espécie de limbo entre uma juventude que não é capaz de decidir sobre seu corpo e uma vida adulta que já legitimaria a vivência da sexualidade –mais especificamente, as relações sexuais. Uma agente socioeducativa, por exemplo, disse considerar inaceitável que jovens tão novos e, sobretudo as namoradas, ainda mais novas –o que não sempre é assim, considerando relatos de vários jovens que namoram mulheres mais velhas–, exerçam sua sexualidade. Por sua vez, uma assistente social questionou a proposta dizendo que se a

família dela não permitia ter relações sexuais em casa, porque o Estado aceitaria que as/os jovens as tivessem naquele espaço? Além desses discursos, escutamos, especialmente de agentes socioeducativos, que os/as jovens não deveriam ter acesso a esse direito, não só por serem “bandidos/as”, mas por serem menores de idade.

No que diz respeito ao consentimento e autorização dos/as responsáveis legais, surgem outras questões: se, por um lado, são “menores de idade” e por isso subordinados/as, em maior ou menor grau, a seus/suas responsáveis, por outro o reconhecimento de seu estatuto de sujeitos de direito deveria possibilitar o exercício de autonomia, privacidade e decisão sobre seus corpos. Convém considerar que atos sexuais já acontecem entre internos/as, muitas vezes mediados por violência e falta de cuidados, incluindo a ausência de preservativos e uma permanente violência LGBTfóbica.

Um ponto delicado diz respeito aos casos de jovens homossexuais, cuja orientação sexual muitas vezes não é de conhecimento da família, de modo que exigir o aval dos/das pais/mães para a visita poderia se configurar como violação do seu direito de assumir abertamente ou não sua orientação sexual perante a família, situação que poderia provocar uma grande vulnerabilidade deste/a jovem. Quando se fala de visita para eles/as, aí “dá um nó na cabeça”, como expressado por um agente socioeducativo.

Outra questão que surge como um “problema” para a viabilização da visita diz respeito às infecções sexualmente transmissíveis e a gravidez, questionando, por exemplo, a recusa dos jovens em usarem a camisinha. Algumas técnicas consideram que é necessário muito mais maturidade dos/as jovens e da instituição para dar conta desse novo processo. A possibilidade de uma jovem engravidar dentro do sistema, esteja ela cumprindo medida ou visitando um companheiro, amedronta e muitas vezes se configura como uma barreira para a visita. Este tema, então, pontua a dificuldade dos/as próprios/as funcionários/as do sistema em compreenderem a visita como um momento de socioeducação, apontando a fragilidade e as dificuldades do próprio sistema em fazer cumprir aquilo a que teoricamente se propõe.

Outros pontos acabam por revelar as tensões nas relações de gênero. Há, por exemplo, preocupação por parte dos agentes socioeducativos nas unidades masculinas quanto à visita íntima: se eles já são considerados explícita ou implicitamente “rivais” no que podemos chamar uma “disputa de masculinidades” nas visitas familiares (DE GARAY HERNÁNDEZ, 2018), majoritariamente realizadas por mães, avós, irmãs e companheiras, o que se desdobra em várias restrições de comportamento e vestimenta não só das familiares, mas deles também, nas visitas íntimas essa tensão seria ainda maior.

O debate da visita íntima também instiga a pensar sobre as experiências de iniciação sexual dos/as jovens, ao pensarmos em trajetórias juvenis específicas, generificadas e racializadas, e como instituições como o Sistema Socioeducativo e as facções de comércio de drogas ilícitas outorgam determinados contornos a essas produções de subjetividades. Por exemplo, um jovem, ao relatar que quando ingressou no sistema tinha três parceiras sexuais grávidas e, agora, as três já haviam parido, foi lembrado por um amigo que ele entrou ali sem filhos e sairá com três. Outro jovem, ao falar sobre perder a virgindade, falou que “não dá para esperar para transar até depois do casamento, porque

nesta vida não sei se vou estar vivo ano que vem”. Aqui, é muito importante considerar que a “vida do crime”, como exprimida pelos jovens, na maioria das vezes institucionalizada pelas facções do tráfico, com caráter hierárquico e corporativista, não só dá contornos às trajetórias juvenis, delimitando sentidos de vida, mas oferece uma série de valores importantes para os jovens, marcados, como todas/os nós, por um imbricado modelo de vida capitalista, sexista e violento (BARKER, 2008).

Relações afetivo-sexuais nas unidades

Outro analisador que nos pareceu interessante explorar, sobretudo pelo que traz do não-dito (FOUCAULT, 2009) dos atravessamentos dos dispositivos aqui apresentados, são as relações que as/os jovens têm dentro das unidades. Por um lado, a noção de “adolescente” como excessivamente sexual, sobretudo ao se articular com o dispositivo racial, perpassa o tempo todo os discursos e práticas. Além disso, é comum considerar estes sujeitos “carentes”, especialmente por estar em privação de liberdade. No entanto, essas noções não fazem com que as relações entre as/os jovens sejam consideradas completamente “normais” ou aceitáveis, pois considera-se ser “típico do/a adolescente” uma “imaturidade” para tomar decisões sobre o seu corpo e a sua vida. Isto, portanto, faz com que essas relações não sejam trazidas nas conversas ou atividades que toquem nas questões de saúde sexual, e menos ainda na hora de propor uma socioeducação que envolva formas não violentas de se relacionar - preocupação de algumas pessoas do sistema ao escutar e inclusive observar cenas de severa violência contra mulheres e pessoas LGBT, que mesmo sendo questionadas, não são consideradas dentro do projeto político-pedagógico.

Na unidade feminina, discute-se mais abertamente sobre as relações afetivo-sexuais estabelecidas por/entre as jovens, frequentemente associando estas relações à “carência” - categoria que, a partir de uma certa percepção hegemônica de feminilidade, reforça a ideia de que, para as mulheres, a sexualidade está necessariamente atrelada ao afeto (D’ANGELO, 2017). Percebe-se, assim, um duplo movimento em que, ao mesmo tempo em que a unidade permite estas relações por entender que “o sexo acalma a cadeia”, as jovens parecem também apoiar-se nesta percepção de maneira a estrategicamente garantir que possam seguir se relacionando. Os parâmetros a respeito do que é possível ou não no que tange essas relações, entretanto, costumam ser variáveis e arbitrários.

Os fluxos de relacionamentos entre as jovens refletem-se na circulação pela unidade - por exemplo, quando uma delas relatou que tem duas namoradas “aqui dentro”, mas uma não sabe da outra e ela precisa tomar certos cuidados ao circular com uma ou com outra para que elas não se vejam, temendo uma briga. Brigas, aliás, parecem ser a principal preocupação das/os profissionais da unidade, que afirmam ser este o maior motivo dos desentendimentos entre elas. Sobre o tema, algumas/ns acreditam que se deva ao fato de um grande número de mulheres juntas em um mesmo espaço gera “descontrole”, “histeria”, ainda mais no caso de jovens.

Igualmente, apesar de a heteronormatividade estar particularmente ligada à produção de modelos de masculinidades, ela também incide sobre as mulheres jovens, ainda que com forças e tonalidades distintas; não é incomum que, nas relações estabelecidas entre elas, reproduza-se o modelo heteronormativo de casal, no qual uma assume um papel opressor, controlador da outra, que

deve permanecer submissa - o que resulta, dentre outras coisas, na manutenção da violência de gênero. Uma jovem, por exemplo, relatou que descobriu, durante uma visita familiar, que sua namorada estava com outra pessoa; disse, portanto, que quando saísse rasparia sua cabeça, regra estabelecida por algumas facções para marcar as mulheres acusadas de trair os homens.

No caso dos homens, que costumam ter um protagonismo maior nas facções, a produção de masculinidades restritas e violentas é muito intensa, pois os códigos específicos das facções instauram permanentemente modelos de masculinidade, entendendo a homossexualidade como uma traição ao ser “sujeito homem”, expressão recorrentemente utilizada pelos jovens para afirmar e delimitar uma certa performatividade masculina. A maioria dos jovens nega a existência de relações sexuais entre eles, embora escutamos relevantes relatos que mostram linhas de fuga a estes códigos, incluindo não apenas relações sexuais, mas relacionamentos amorosos. No caso dos protagonistas dessas práticas, escutamos vivências perpassadas por prazeres, emoções, medos e surpresas. Para outros interlocutores, a maioria dos relatos são enunciados de forma pejorativa e heteronormativa, mas também existem posturas compreensivas das vivências dos jovens.

Igualmente, um elemento que tem sido usado por profissionais dentro do Degase para colocar as relações entre os/as jovens como um tema urgente são as epidemias de ISTs, consideradas um dos maiores problemas de saúde no sistema e que revelam a existência de práticas sexuais entre jovens. Porém, a distribuição de preservativos, bem como as iniciativas para que este seja um tema discutido entre instituição e jovens, coloca-se como uma tensão, uma vez que falar sobre isso implicaria o reconhecimento, por parte da instituição, da existência dessas relações sexuais entre os/as jovens. A maioria das pessoas considera isso desnecessário, ou inclusive que “incitaria a que essas relações aconteçam e/ou sejam consideradas normais”. Igualmente, uma série de argumentos são acionados para impedir que esse direito sexual seja garantido, incluindo a irrelevância dessa prática frente a outras necessidades “mais urgentes”.

As classificações: categorizando o gênero e o sexo

Desde a nossa entrada no campo, nos foi apontado que a entrada de jovens gays e transexuais é um desafio na logística das unidades masculinas, ao serem considerados/as transgressões à masculinidade cisheteronormativa, sustentada de diversas formas e em diferentes intensidades tanto pela maioria dos jovens, muitas vezes balizados por discursos das facções (que apostam em determinada construção da masculinidade desses jovens) quanto por vários/as profissionais.

O primeiro enfrentamento da questão se relaciona com o espaço. Os jovens assumidamente gays (chamados de “mancões” ou “kit”) são alocados no alojamento “seguro”, onde coabitam com aqueles que cometeram ou foram acusados de cometer estupro (chamados de “Jack”), ambos considerados transgressores do ser “sujeito homem” (DE GARAY HERNÁNDEZ, 2018). Essa coabitação parece expor algumas das tensões que atravessam as experiências de gênero e sexualidade no sistema socioeducativo, além de ser uma decisão pautada na lógica da Segurança¹; sob o pretexto

¹ A Segurança aparece neste campo como “categoria central na gestão” das unidades, atravessando “transversalmente as práticas institucionais e as vidas daqueles(as) que, de uma maneira ou de outra, se envolvem com estas instituições”

de que a convivência destes jovens com os demais poderia levar a situações de violência contra os primeiros, o “seguro” parece se configurar como o espaço “adequado” a eles - ainda que, mesmo lá dentro, corram o risco de serem agredidos, violência muitas vezes provinda ou facilitada pelos agentes socioeducativos, especialmente no caso dos “Jack”.

A utilização do “seguro” para a separação de jovens lésbicas e bissexuais na unidade feminina não ocorre, talvez pelo fato das relações entre elas se darem num campo de maior aceitação, conforme já mencionado, visto que as mesmas não parecem apresentar um perigo à feminilidade dominante como a homossexualidade dos jovens faz ao modelo hegemônico de masculinidade.

No caso de pessoas trans, especialmente das mulheres, é possível identificar alguns movimentos interessantes no sistema, no sentido de encaminhá-las à unidade feminina - o que não significa a ausência de tensões e desestabilizações na unidade. Observa-se também uma crescente sensibilidade por parte de equipe técnica e algumas/ns agentes em reconhecer seus nomes sociais e performatividades femininas, embora haja resistência por parte de alguns/mas profissionais e, ainda, outros/as que afirmam referir-se a elas por seus nomes sociais por serem obrigados por lei a fazê-lo. Há, ainda, intensos debates por parte dos/as profissionais do sistema sobre as possibilidades e desafios de se pensar a inserção de jovens homens trans em unidades masculinas, estando equacionados nesta balança dois direitos distintos, quais sejam: o direito a cumprir medida em estabelecimento próprio à sua identidade de gênero e o direito a cumprir a medida com a garantia de não sofrer nenhum tipo de violência, estando o segundo pesando mais nesta equação, no momento. No entanto, parecem haver alguns esforços no sentido de garantir o uso de nome social à jovens homens trans cumprindo medida na unidade feminina.

Na unidade feminina há, também, uma série de personagens que organizam as jovens a partir do gênero e da sexualidade. Tanto profissionais quanto as próprias jovens afirmam que são minoria aquelas que não mantêm nenhuma relação com outra jovem na unidade. No que diz respeito às separações e hierarquias de gênero, há uma interessante dinâmica de manutenção e subversão das mesmas, sendo que na maior parte do tempo elas são, de alguma forma, reificadas - seja nas relações entre as jovens, seja nas relações das agentes femininas com as jovens e/ou os agentes masculinos. Estas personagens acima referidas dizem respeito às “João”, também chamadas de “sapatão”, jovens que exercitam certas performatividades masculinas e, em geral, ocupam “o lugar do homem”, nas palavras das jovens; às “Maria”, também chamadas de lésbicas, que por sua vez exercitam certas performatividades femininas e, portanto, ocupam, ainda nas palavras delas, “o lugar da mulher”. Mesmo em se tratando de uma relação entre duas jovens, observa-se a manutenção da cisheteronormatividade, em que “Maria” deve cuidar do alojamento e das roupas de “João”, que pode ter várias namoradas, enquanto “Maria” tem que ser “fiel” a uma só.

As jovens que, antes de serem inseridas no sistema, não mantinham relações com outras jovens, são chamadas de “sapaputa” ou “versátil”, e circula entre as jovens uma percepção de que estas seriam mais “safadas”. Entretanto, em diferentes momentos, muitas delas nos relataram que ainda

(D'ANGELO, 2017, p. 44). A partir da vigilância e da gestão de riscos (DE GARAY HERNÁNDEZ, 2018), a Segurança é acionada para consolidar um projeto docilizador de socioeducação.

que haja estas categorizações, elas são evocadas em alguns momentos específicos, e não se caracterizam como classificações tão rígidas quanto como ocorre nas unidades masculinas. Ainda assim, ser “João”, “Maria” ou “Sapaputa” outorga diferentes lugares de poder e propicia diferentes apropriações do espaço, sendo importante apontar como estas classificações baseadas no sexo e no gênero são mecanismos de gestão do cotidiano no sistema socioeducativo.

Existem também outras categorias que chamam muito a atenção ao pensar em gênero e sexualidade: além das classificações feitas às parceiras sexuais e/ou amorosas dos/as jovens, como o binômio “fiel”/“rodadas” ou “piranhas”, existe um léxico bem específico para delimitar os comportamentos dos homens, como o “sujeito homem”, que concretiza, atualiza e modifica constantemente a legitimidade e legibilidade das performatividades masculinas. Nesse sentido, um momento interessante foi quando uma jovem que transita entre os gêneros feminino e masculino afirmou: “Eu sou mulher, mas eu sou sujeito mulher” para mostrar que tinha força, poder e controle sobre pessoas e familiares dentro e fora do sistema. Igualmente, outras expressões chamam a atenção, tais como “morador”, “trabalhador”, ou “resposta”, em contraposição a “bandido”, que delimitam gramáticas de experiências e significados de oposição, submissão, partilha, conflito e comum.

Controle da sexualidade

A visita familiar, realizada majoritariamente por mulheres, coloca em evidência uma série de questões relacionadas a gênero, sexualidade e geração. Dentre os pontos que chamam a atenção sobre esse momento, cuja logística demanda investimentos de tempo e energia das unidades, a questão da vestimenta parece se colocar como relevante. Como apontado por um documento colocado na entrada das unidades masculinas, as familiares não podem entrar com decotes, roupa curta, apertada ou transparente, sob a lógica de que olhares que sugiram certa sexualização delas por parte de outros homens - jovens ou profissionais, especialmente agentes - podem provocar conflitos nos alojamentos.

Por outro lado, os jovens também se “preservam” de mostrar o corpo para as visitas. Dependendo da unidade, colocam duas camisas ou a colocam por cima da bermuda, ao contrário do resto dos dias. Também se preservam com as mulheres que trabalham nas unidades, salvo algumas exceções. Os agentes masculinos relatam ter uma série de restrições nesses momentos, também provindas dessa gestão de riscos, tais como não usar óculos escuros, não olhar para as familiares, não levantar suas camisas e, inclusive, não fazer movimentos como coçar a barriga. Ainda que percebam que fora do Degase tais atitudes não tomam as proporções que têm dentro do sistema, há inflexões específicas da privação de liberdade nestas experiências, como aponta um jovem que diz que “aqui é diferente, isso aqui é cadeia”.

Além disso, parece importante pensar nas unidades masculinas como espaços de homosociabilidade (ALMEIDA, 1996), onde relações de comunicação e poder específicas acontecem. Neste sentido, é interessante perceber que subjetividades como as dos agentes entram numa disputa de masculinidades com os jovens, sobretudo no momento em que muitos deles reafirmam ter vindo de contextos comunitários muito semelhantes aos dos jovens. Assim, coloca-se a dicotomia homem bom/bandido-entendido-como-negativo ou, no caso dos jovens,

verme/bandido-entendido-como-positivo, sempre perpassada pelo dispositivo de gênero, instaurando certas formas de marcar essa diferenciação, incluindo regulamentações corporais impostas aos jovens, como baixar a cabeça, colocar as mãos para trás e usar chinelos, enquanto os agentes usam botas grandes. Neste processo, o dispositivo geracional também é importante, incluindo o uso do termo “adolescente” ou até “menor”, que vai implementando e mantendo desigualdades.

Na unidade feminina, as preocupações logísticas e de segurança no momento da visita familiar são distintas, não só pela quantidade reduzida de meninas em comparação aos meninos, mas também e principalmente devido a uma série de construções acerca das masculinidades e feminilidades.

Outra experiência corporal extremamente regulada nas unidades masculinas é a masturbação (chamada de “quebrar”), que é proibida, entre os próprios jovens, nos dias da visita familiar e no dia seguinte (chamado de “dia de reflexão”), sob o entendimento de que como inspiração para se masturbar poderiam estar fantasiando com alguma das familiares ou companheiras dos outros, acionando, da mesma forma que no caso das vestimentas, a necessidade de preservação da honra das mulheres da família, função atribuída aos homens (MACHADO, 2004). As retaliações à quebra dessa regra têm sido inclusive letais.

Cartas e fotografias recebidas por companheiras tampouco podem ser olhadas por outros jovens, que normalmente recebem cartas vindas de fora da unidade - o que se torna complexo frente à situação de superlotação do sistema. No caso da unidade feminina, é mais frequente que elas troquem cartas entre si, como forma de comunicação e paquera, do que as recebam de pessoas de fora. Dada a restrita ocupação do espaço da unidade, visto que não podem circular com grande liberdade e como quiserem, as cartas parecem configurar um trânsito que não exige a mobilidade do corpo pelo espaço, mas que alcança, em maior ou menor grau, o objetivo de se comunicar.

No caso dos jovens, pelo fato de as cartas vierem de fora, é notável como a questão da Segurança instaura um processo de triagem realizado, em geral, pela equipe técnica, que veta cartas e fotografias com “conteúdo erótico”, que “deixam ver muita pele”, como colocado por uma técnica. Novamente, a justificativa pauta-se na Segurança, uma vez que, conforme apontado anteriormente, caso um jovem para a carta/foto do outro, pode-se criar uma situação de violência.

É interessante observar de que forma opera o controle dos jovens sobre os corpos e as vidas das companheiras na hora de entrar no sistema. Primeiro, porque a estabilidade econômica e o status que eles podiam fornecer através do seu lugar no tráfico nem sempre têm uma continuidade, dependendo do cargo dele na facção, e segundo porque mesmo eles não querendo que a parceira esteja com outros homens e, em alguns casos, que não saia “nem para os bailes”, o controle que podem exercer fica bem mais restrito, mantido em uma mínima medida através de notícias que as mães ou os colegas possam trazer e justamente das cartas. De todo jeito, ainda que com o controle falho, fica uma ameaça no ar, pois haverá represália caso a companheira tenha descumprido o combinado.

Considerações Finais

Este processo de pesquisa chamou a atenção para as dificuldades do Sistema Socioeducativo, que se pretende transformador e criador de novas possibilidades de trajetórias juvenis, em enfrentar regras sobre gênero e sexualidade muitas vezes provindas das facções do tráfico, que continuam perpetuando práticas e discursos de retificação de desigualdade e violência de gênero, raça, geração, raça, classe e território, nos fazendo pensar sobre o que torna tão naturalizadas determinadas noções e como é conveniente que o quadro seja mantido dessa forma.

Este não enfrentamento se esconde, muitas vezes, por trás de um discurso sobre a Segurança, questão que, embora importante, não acreditamos ser suficiente para embarrear definitivamente alternativas de diálogo e reflexão sobre esses temas que visibilizem a relevância dos dispositivos de gênero e sexualidade para se pensar um processo coletivo de socioeducação - processo este que, sobretudo no atual contexto, nos convida a enxergar as trajetórias juvenis como políticas e a buscar alternativas para que o exercício da liberdade, da cultura, da saúde, da educação, da sexualidade e de uma vida digna e sem violência se dê de maneira igualitária.

Neste sentido, é importante sublinhar as possibilidades e potencializações que foram acompanhadas através desta pesquisa-intervenção, criando parcerias, desassossegado naturalizações e oferecendo, na medida do possível, alternativas de atuação.

Referências

- ALMEIDA, Miguel. Gênero, Masculinidade e Poder. Revendo um caso do Sul de Portugal. Anuário Antropológico (Brasil), v. 95, p. 161-190, 1996.
- BARKER, Gary. Homens na linha de fogo: juventude, masculinidade e exclusão social. Rio de Janeiro: 7 letras, 2008.
- BICALHO, Pedro; ROSSOTTI, B.; REISHOFFER, J. A pesquisa em instituições de preservação da ordem. Rev. Polis e Psique, v. 6, n.1, p. 85-97, 2016
- BRASIL. Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo –SINASE. Brasília: CONANDA, 2006
- BARROS, L.; BARROS, M. O problema da análise em pesquisa cartográfica. Fractal, Rev. Psicol., v. 25 n. 2, p. 373-390, 2013
- COIMBRA, C.; BOCCO, F.; DO NASCIMENTO, M. Subvertendo o conceito de adolescência. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005.
- CONNELL, Raewyn. Políticas de masculinidade. Educação e Realidade. v.20, n.2, p. 185–206, 1995.
- D'ANGELO, Luisa. Entre “sujeita-mulher” e “mulher de bandido”: produções de feminilidades em contexto de privação de liberdade. 210f. 154f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- DE GARAY HERNÁNDEZ, Jimena. O Adolescente dobrado: cartografia feminista de uma unidade masculina do Sistema Socioeducativo do Rio de Janeiro. 2018. 442 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2018.

- FOUCAULT, Michel. Bruxaria e loucura (1976) In: Ditos e Escritos I. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999, p.320-323
- _____. O olho do poder. In: Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2009.
- HEILBORN, Maria Luiza, et.al. Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. Horizontes Antropológicos. Ano 8, n. 17, p. 13-45. 2002.
- HILLESHEIM Betina; DA CRUZ, Lílian, SOMAVILLA, Vera. Encontro, intervenção, acontecimento: pesquisa e produção do novo. In BONAMIGO, I.; TONDIN, C.; BRUXEL, K. As práticas da Psicologia Social com(o) movimentos de resistência e criação. Porto Alegre: ABRAPSO SUI., 2008. p. 55-63.
- MACHADO, Lia. Masculinidades e violências. Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. Masculinidades. SCHPUN, Mônica (Org.). São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p.35-78
- PASSOS, Eduardo; DO EIRADO, André. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In: KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo; ESCÓSSIA, Liliana. (org.). Pistas do método da cartografia: pesquisa- intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Editorial Sulina. 2009. p. 109-130.
- POZZANA, Laura; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo.; ESCÓSSIA, Liliana. (org.). Pistas do método da cartografia: pesquisa- intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Editorial Sulina. 2009. p. 52-75
- ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Contribuições da Análise Institucional para uma abordagem das práticas linguageiras: a noção de implicação na pesquisa de campo. Cadernos de Letras da UFF, n. 40, p. 47-73, 2010.
- RODRIGUES, Heliana. A. “Sejamos realistas, tentemos o impossível”. Desencaminhando a psicologia através da análise institucional. In: JACÓ, A.; Ferreira, A.; PORTUGAL, F. (org.). História da Psicologia: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau, p. 515-563, 2005.
- ROLNIK, Suely. Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação liberdade, 1989.
- SCHUCH, Patrice. Práticas de justiça. Antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-FCA. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

Jimena de Garay Hernández é Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ. E-mail: jime_degaray@hotmail.com.

Luisa Bertrami D'Angelo é Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ. E-mail: luisabertrami@gmail.com.